

NOTAS SOBRE O PODER EM FOUCAULT

Paulo César PEIXOTO*
Íris Fenner BERTANI**

- RESUMO: O presente artigo se propõe a buscar o modo como Michel Foucault trabalhou a noção de poder ao longo de sua obra, e relacioná-lo à constituição do aparato que envolve a loucura, também tratado pelo mesmo autor. Para tal partimos do período arqueológico inaugurado pela *Historia da Loucura na Idade Clássica* aportando nas obras do período genealógico.
- PALAVRAS CHAVE: poder. manicômios. loucura. disciplina.

Partindo da constatação da violência associada aos manicômios, e entendendo-a como cria histórica de uma relação que se estabelece entre a loucura e as relações de poder-saber que a tomaram como objeto para domesticação, adestramento, exclusão, pretendemos caminhar pela obra de Foucault, buscando compreender o modo como este autor trabalhou o conceito de poder. Para tal passaremos, ainda que de modo rápido, pelo percurso em que inscreveu suas obras, iniciando com a obra *História da loucura na Idade Clássica* pertencente ao período denominado “arqueológico”, indo em direção às obras do período em que inaugura a “genealogia do poder”. Apontaremos neste caminho, momentos em que o poder é tratado diretamente, ou seja, momentos em que o autor fala de sua maneira de tratar esse conceito.

Foi somente na metade do século XX que a violência do manicômio passou a causar incômodo, a ponto de suscitar reformas. A Segunda Guerra Mundial havia acabado, o mundo vivia um momento de maior sensibilidade, e os campos de concentração foram desvelados; é neste contexto que o mundo percebe uma estranha semelhança entre os campos de concentração e os manicômios com os quais as sociedades

* Psicólogo, especialista em Psicologia Clínica e Mestrando em Serviço Social pela FHDSS – UNESP, Campus de Franca/SP. End.: Av. Ibirapuera, Barretos/SP, Tel:(17) 3324-2602, peixotto@hotmail.com

** Livre Docente em Serviço Social e Professora do FHDSS – UNESP, Campus de Franca/SP.

ocidentais conviviam. No manicômio, agora mostrado em sua mórbida semelhança com os campos da morte de Hitler, o que se via era, exclusão, mortificação, maus tratos, violência, morte. Estranho paradoxo para uma instituição que se pretendia como lugar idealizado de tratamento e cura da loucura.

Hoje, não há espanto quando se evidencia que os hospitais psiquiátricos são espaços de violência por qualquer prisma que se olhe. Ninguém nega este fato. Mesmo os especialistas não conseguem negá-lo, no entanto alguns, especialmente os psiquiatras, diriam tratar-se “de um desvirtuamento de saberes e práticas neutros e positivos, por serem científicos, causado por más administrações ou pelo uso inadequado destas instituições” (CUNHA, 1995, p. 45).

Erro administrativo, má condução de uma ciência, devoção pelo lucro fácil nas instituições psiquiátricas particulares, problemas de uma ingerência crônica ligada às instituições públicas, ou mesmo ligações espúrias com a política que usou os hospitais psiquiátricos para neutralizar dissidentes; estes seriam os problemas que os defensores do manicômio dizem estar na raiz da ineficiência do hospital psiquiátrico. Nestes argumentos, a violência seria circunstancial, e não as bases de todo o alicerce manicomial e mesmo psiquiátrico.

A violência não estaria, assim inscrita nos próprios objetivos e desígnios da psiquiatria e dos asilos. Em favor dos seus argumentos, os defensores da instituição asilar invocam o fato de que, na verdade, o nascimento da psiquiatria e do ‘internamento científico’, esteve associado, no final do século XVIII e das primeiras décadas do XIX, a um combate sistemático às condições violentas e desumanas do internamento indiscriminado. (CUNHA, 1995, p.46).

Citam, em concordância com estes argumentos, que Pinél, teria rompido as correntes dos loucos e os retirado dos calabouços, no final do século XVIII; primeiro no Hospital Bicêtre e mais tarde no Salpêtrière, ambos em Paris, França. Com este ato fundador, Pinél teria iniciado a humanização deste universo e lançando as bases da especialidade médica psiquiátrica. Gesto que se espalha para além das fronteiras francesas e, juntamente com Esquirol, Pinél torna se responsável pela formação pedagógica da nova disciplina médica.

Nestes argumentos em defesa das instituições de reclusão da loucura, a história seria contínua, linear e progressiva: partindo da escuridão das práticas obscuras na idade média até chegar à claridade do Século das Luzes; saindo das práticas pré-científicas, religiosas e dos preconceitos sociais, alcançando o momento da criação da psiquiatria, momento em que a verdade da doença é revelada como algo natural, que sempre esteve ali, presente e imutável esperando para ser vislumbrada.

Birman nos alerta que, entender

o passado nesta perspectiva, interpretá-lo desta maneira, significa enaltecer o ato de Pinél para assegurar no presente a validade e a razão de ser da psiquiatria. Esta se identifica com o seu momento fundador [...] (BIRMAN, 1978, p.12).

Segundo este autor a psiquiatria deve ser entendida como um poder relacionado à regulação moral das individualidades, tendo em vista que o indivíduo é definido como anormal ou não, conforme as perspectivas estabelecidas por ela.

De acordo com Foucault (1961), a violência dos manicômios não se inscreve puramente nos atos circunstanciais da prática psiquiátrica, mas está inscrita historicamente desde a partilha entre razão e desrazão, quando aquela sobrepuja esta, engendrando instituições e saberes investidos de poder com esta finalidade, e gerando também o corpo a ser sempre dominado. Por esta razão, por ter essa perspectiva de entendimento, que o saber e o poder são elementos fundamentais em toda a obra Foucaultiana.

Em *História da Loucura na Idade Clássica*, Foucault diz que ao soltar os grilhões que prendiam a loucura, Pinél, na realidade prendeu-a mais fortemente ao espaço da exclusão. Ele não teria rompido com as práticas de confinamento, mas atado definitivamente a loucura a um lugar que lhe é destinado. Após Pinél a loucura passa a ser doença, o manicômio lugar do tratamento e a psiquiatria o saber que disporá sobre estes elementos, constituindo e legitimando-os. O hospital, as práticas e saberes que os sustentam fazem parte de um mesmo dispositivo cuja finalidade é excluir a loucura e afirmar se como agente normatizador da sociedade.

De acordo com Foucault, Esquirol dava cinco razões principais para justificar o isolamento dos loucos:

Assegurar sua segurança pessoal e a de suas famílias; 2) libera-los das influencias externas; 3) vencer suas resistências pessoais; 4) submete-los à força a um regime médico; 5) impor-lhes novos hábitos intelectuais e morais.

Vê se, tudo é questão de poder: dominar o poder do louco, neutralizar os poderes exteriores que podem se exercer sobre ele; estabelecer sobre ele um poder de terapêutica e de formação – de ortopedia. (FOUCAULT, 1997, p. 55).

Nesta citação se insinua o modo como, em suas análises de temas marginais, como a loucura, Foucault acabou por se aproximar do tema do poder. Sua pesquisa não se dirigia ao poder, mas ao sujeito no modo em que se constituía como tal; no entanto, o poder é encontrado aí como elemento que articulado ao saber engendra este sujeito. Como ele mesmo expressa:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem de elaborar os fundamentos de tal análise.

Meu objetivo, ao contrário, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos. (FOUCAULT, 1995, P. 231).

Para compreendermos o caminho que Foucault trilhou e a maneira como o poder foi pensado ao longo de sua obra, iniciaremos pela *História da Loucura* que, se não foi sua primeira obra, Foucault assim o preferia. É que, conforme Eribon (1990, p. 83), em 1954 ele escreveu *Maladie mentale et personnalité*, que em 1962 recebe nova versão, passando a se chamar *Maladie mentale et psychologie*, mas Foucault renega este trabalho anterior, tomando como seu primeiro livro *Historia da loucura na Idade Clássica* (as vezes designada apenas como *História da loucura*), de 1961.

Machado (2006a) nos revela que a grande inovação de Foucault em a *História da loucura* foi buscar os saberes que torneavam a loucura no momento do nascimento da psiquiatria, e que, de acordo com Foucault, deram condições de possibilidade para o surgimento da psiquiatria como saber sobre a loucura. Os saberes deste entorno são vistos, não como elementos de uma pré-história da ciência psiquiátrica, mas, ao contrário, com

positividades específicas, isto é sem julgamentos de valor que seriam dados caso a análise partisse do entendimento do saber psiquiátrico como evolução de entendimentos mais grosseiros.

Projeto este que deixou de considerar a história de uma ciência como o desenvolvimento linear e contínuo a partir de origens que se perdem no tempo e são alimentadas pela interminável busca de precursores. Mas que também se realizava sem privilegiar a distinção epistemológica entre ciência e pré-ciência, tendo no saber o campo próprio de investigação. O objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes – cada um considerado como possuindo positividade específica, a positividade do que foi efetivamente dito e deve ser aceito como tal e não julgado a partir de um saber posterior e superior – para que destas relações surjam, em uma mesma época ou em épocas diferentes, compatibilidades e incompatibilidades que não sancionam ou invalidam, mas estabelecem regularidades, permitem individualizar formações discursivas. A partir de então, a história da loucura deixava de ser a história da psiquiatria. Esta era, ao mesmo tempo, um momento determinado de uma trajetória mais ampla – cujas rupturas ao nível do saber permitem isolar diferentes períodos ou épocas – e o resultado deste mesmo processo. Portanto, não se limitando às fronteiras espaciais e temporais da disciplina psiquiátrica, a análise percorre o campo do saber – psiquiátrico ou não – sobre a loucura, procurando estabelecer suas diversas configurações arqueológicas. (MACHADO, 2006a, p. VII).

Outra novidade metodológica inserida por Foucault em *História da Loucura*, segundo o que nos diz Machado (2006a), foi a condição de não se limitar ao nível do discurso para dar conta da questão da formação histórica da psiquiatria. A análise centrou-se nos espaços institucionais de controle da loucura, desde a Época Clássica, revelando uma heterogeneidade entre os discursos teóricos – sobretudo médicos – sobre a loucura e outros saberes que ali se põem a funcionar: saber médico, as práticas de internamento, instâncias sociais como a política, a família, a Igreja, a justiça, etc. Nesta obra Foucault mostra como a psiquiatria, em vez de ser quem descobriu a essência da loucura e a libertou, ou humanizou os procedimentos na lida com ela, é a radicalização de um processo de

dominação da loucura que se iniciou antes pelas vias da reclusão. Dominação, mas também constituição já que a loucura é aprisionada pelo saber médico que passa a dizer sobre o que ela é, e a constitui como “doença mental”. Assim temos concomitantemente um processo de dominação e de constituição de um corpo destinado ao silêncio.

Segundo Machado (2006a) nos livros *Historia da loucura*, de 1961, *O nascimento da clínica*, de 1963, e *As palavras e as coisas*, de 1966, Foucault usou dos mesmos recursos metodológicos: a noção de saber, o estabelecimento de descontinuidades, a articulação de saberes, o projeto de inter-relações conceituais, e outros instrumentos, os quais o próprio Foucault analisa em *Arqueologia do saber*, de 1969. Se na *História da loucura* Foucault se perguntava sobre as condições de possibilidade para a experiência da loucura como doença mental, em *O nascimento da clínica* ele explicita os princípios de organização da ciência moderna marcada pela ruptura com a medicina clássica, e em *As palavras e as coisas* estabelece a rede conceitual e a inter-relação de saberes que cria as condições de possibilidade para a constituição das ciências humanas. Vê-se: é o saber que interessa ao pensador.

Estas obras pertencem à fase, ou à metodologia que Foucault denominou de arqueologia do saber; o que significa dizer que este pensador estava então interessado em estabelecer a constituição dos saberes dos seus objetos de estudos, privilegiando inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições. As relações de poder não são completamente deixadas à parte, mas aqui o centro de interesse são os saberes e seu modo funcionar, de se modificar, e de engendrar domínios de saberes, de práticas sociais e de sujeitos.

É o próprio Foucault (2006a) quem nos diz que a *História da loucura* fora escrita em um contexto onde as questões que se colocavam eram a do estatuto político da ciência, e as funções ideológicas que tal contrato poderia veicular. Questões que poderiam ser resumidas nas palavras: saber e poder.

Para mim, tratava-se de dizer o seguinte: se perguntamos a uma ciência como a física teórica ou a química orgânica quais as suas relações com as estruturas políticas e econômicas da sociedade, não estaremos colocando um problema muito complicado?

Não era muito grande a exigência para uma explicação possível? Se, em contrapartida, tomarmos um saber como a psiquiatria, não será muito mais fácil de ser resolvida porque o perfil epistemológico da psiquiatria é pouco definido, e porque a prática psiquiátrica está ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais? No caso de uma ciência tão “duvidosa” como a psiquiatria, não poderíamos apreender de forma mais precisa o entrelaçamento dos efeitos de poder e de saber? (FOUCAULT, 2006a, p.1).

Em análises posteriores, Foucault diz que o conceito de poder implícito em *História da Loucura*, estava claramente ligado a uma idéia de repressão, de lei que, de cima para baixo, do centro para a periferia, se exerce como proibição, entendimento este que posteriormente passou a combater:

Quando escrevi a *História da loucura* usei, pelo menos implicitamente esta noção de repressão. Acredito que então supunha uma espécie de loucura viva, volúvel e ansiosa que a mecânica do poder tinha conseguido reprimir e reduzir ao silêncio. Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2006a, p.7).

As obras posteriores de Foucault como *Vigiar e Punir*, de 1975, *A vontade de Saber*, de 1976, e o primeiro volume de *História da sexualidade*, de 1977, estão dentro de uma outra proposta metodológica que este estudioso designou, a partir de

uma herança nietzschiana, de genealogia do poder. Conforme Machado (2006a), se a arqueologia tenta responder o ‘como’, a genealogia se interessa pelo ‘porquê’, o que significa dizer que o pretendido por Foucault nas análises genealógicas é explicar o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidades que os situam como elementos de um dispositivo de natureza estratégica, como peças de relações de poder ou de dispositivos tecnológicos de poder. Trata-se da introdução no corpo da obra de Foucault da questão do poder como elemento articulado ao saber e instrumento capaz de explicar a produção deste.

O poder, que sempre estivera presente nas obras foucaultianas ainda que como pano de fundo, nas obras genealógicas aparece reconceituado e como elemento a ser abordado diretamente. As tecnologias de poder que Foucault encontra a partir do século XVIII o fazem repensar a metodologia de trabalho, e os indícios de uma reconceituação estão espalhados em suas obras a partir de então.

Em *Vigiar e punir*, Foucault, analisando as formas de punição anteriores e posteriores à reforma do judiciário no século XVIII, isto é o suplício e a carceragem, encontrará, a partir de então, novos modos do exercício do poder. Este foi o momento em que vigiar passou a ser mais importante que punir. São estas formações que farão com que o autor reformule o entendimento sobre o poder e redefina a metodologia empregada, inaugurando a genealogia. Nesta obra Foucault fala de tecnologias de poder que passaram a funcionar não mais para supliciar, mas para adestrar e aprimorar os indivíduos segundo critérios de mais economia e mais produção: são as disciplinas.

Em *Vigiar e punir* o que eu quis mostrar foi como, a partir dos séculos XVII e XVIII, houve verdadeiramente um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder. As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local – mas instauraram o que se poderia chamar uma nova economia do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada, e ‘individualizada’ em todo corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e menos dispendiosas [...] (FOUCAULT, 2006a, p. 8).

As disciplinas são modos ou, como prefere Foucault, tecnologias de poder com a finalidade do controle e sujeição dos corpos, e se exercem através da inter-relação de instrumentos como a vigilância, o esquadramento do espaço social, a classificação, o registro e o treinamento dos indivíduos. Estes instrumentos permitem o controle, a organização e a sujeição dos comportamentos em suas minúcias, instaurando a docilidade dos corpos, a eficiência dos atos, e a economia de poder necessária para controlá-los. Melhor dizendo, as disciplinas desempenham uma função normatizadora através de instrumentos simples e espalhados pelo campo social, instaurando uma relação de docilidade-utilidade no corpo, com vistas a maior eficiência dos gestos e maior economia do poder em exercício. Apesar de sua existência ser muito mais remota, segundo Foucault, essa tecnologia de exercício do poder se tornou, no século XVII e XVIII, formulas gerais de dominação.

Mas chegou o momento de fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar é necessário dizer que as disciplinas não são o poder. Com isso queremos dizer que, de acordo com Foucault, elas são tecnologias de poder, e como tal estão inscritas em contextos históricos específicos e, deste modo, outras tecnologias de poder podem vir a funcionar em outros contextos. Na realidade em *História da sexualidade*, cujo primeiro volume foi publicado em 1976 iniciando novo período de sua produção teórica, Foucault nos fala de outras tecnologias que se realizam diferentemente das disciplinas. Tecnologias que fazem regulações das populações em massa, considerando o conjunto humano, com o objetivo de assegurar-lhe a existência, atravessados por fenômenos gerais da espécie como nascimento, morte, proliferação, etc. O 'biopoder' e os 'dispositivos' são alguns conceitos dessa fase, mas não cabe aqui nos estendermos mais sobre ela, só a mencionamos com a finalidade de mostrar que a análise pode revelar outros exercícios de poder.

A segunda ressalva refere-se à lembrança de que, como Machado (2006a): nos diz, não há em Foucault uma teoria geral do poder. Querendo isto dizer que Foucault não buscará no poder uma natureza, uma essência ou características universais. Ele buscará entender os poderes que se nos apresentam em determinados contextos, em seu exercício particular, alí onde ele penetra no detalhe, onde ele se particulariza. A genealogia de Foucault não

tentará conceituar o poder, mas encontrar modos de entendê-lo em seu exercício, em sua produção, sua efetividade.

Como esclarece Foucault:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é o poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. (FOUCAULT, 2006a, p. 248).

Falando a Deleuze ele dirá:

Essa dificuldade – nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas – não virá de que ainda ignoráramos o que é o poder? Afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração; mas talvez ainda não se saiba o que é o poder. E Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder. A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgotam o campo de exercício e de funcionamento do poder. (FOUCAULT, 2006a, p.75).

As obras genealógicas nos possibilitarão elencar alguns elementos do modo como Foucault trabalhou com a noção de poder. Foucault levantou algumas precauções metodológicas para a análise do poder na interface com o Direito no curso ‘Soberania e Disciplina’ ministrado em 1976, no College de France. Começemos por algumas delas:

Em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas o poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais [...] (FOUCAULT, 2006a, p.182).

Conforme já dissemos, o poder para Foucault não é algo, não é uma coisa, uma mercadoria, que se detenha ou se possua nem tampouco um lugar de onde se exerça. O poder é um exercício, ele se efetua.

Ele não se exerce do alto para baixo, e do centro para a periferia como uma pirâmide: ele está nas microrrelações, e têm história, tecnologia e funcionamento próprio em função destes elementos.

Outra característica apontada por Foucault é que o poder é capilar: está disseminado pela malha social assumindo formas locais e concretas. Por isso a preocupação metodológica de seguir o poder onde ele se efetua, nas extremidades, nas suas formas locais, no minúsculo. É a isto que Foucault chama de microfísica do poder, a sua efetiva realização no minúsculo. Em *Vigiar e punir*, por exemplo, Foucault analisa o ponto em que ele atinge o corpo para adestrá-lo, corrigi-lo como o fazem as disciplinas.

Como segunda precaução, Foucault diz:

[...] não perguntar porque alguns querem dominar, o que procuram, e qual é sua estratégia global, mas como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem seus gestos, regem os comportamentos, etc. Em outras palavras ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade de corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc.[...] (FOUCAULT, 2006a, p.182).

Aqui cabem duas observações. Em primeiro lugar Foucault volta a insistir na sua pretensão de entender os modos de objetivação do sujeito e não o modo de apropriação do poder.

A outra observação é de que poder não é Estado, ainda que a ele esteja articulado de formas variadas. Foucault é contrário as concepções que entendem o poder coincidindo com o Estado, que exerce sobre as individualidades funções repressivas, de dominação de coerção e violência. Não há, em sua obra, a negação da articulação entre poder e Estado, mas esta relação não é um apriori. Os micropoderes podem ser anexados pelo Estado, mas isto não é regra.

Eu sei que objeções podem ser feitas. Podemos dizer que todos os tipos de sujeição são fenômenos derivados, que são meras consequências de outros processos econômicos e sociais: forças de produção, luta de classe e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade.

Sem dúvida, os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. Porém, não constituem apenas o terminal de mecanismos mais fundamentais. Eles mantêm relações complexas e circulares com outras formas. (FOUCAULT, 1995, p. 236).

Não se trata de minimizar o papel do Estado nas relações de poder. Foucault é contrário à idéia de equivalência entre Estado e poder, contrário à idéia de Estado como órgão central e único do poder e contrário à idéia de extensão dos braços do Estado nos poderes porventura espalhados pela sociedade: O Estado não é o foco de onde parte todo tipo de poder. A independência dos poderes moleculares com o Estado implica que as transformações do minúsculo podem não corresponder às ocorridas ao nível do Estado. “O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos de exploração se recobrem, se apóiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem.” (FOUCAULT, 2006a, p.160). Note-se que Foucault faz a relação entre poderes micro e as mudanças macro como, por exemplo, o fez em *História da Loucura*, relacionando o aparecimento do Hospital Geral e a grande internação dos desatinados, às mudanças sociais operadas na idade clássica; e depois o esvaziamento do Hospital Geral e o nascimento do manicômio com as mudanças operadas pela Revolução Industrial; no entanto não faz disto uma regra de método.

Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação de classe burguesa. O que faço é o inverso: examinar historicamente partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar [...] (FOUCAULT, 2006a, p.185).

Foucault procura analisar primeiro as microrrelações, fazendo depois as análises em que revela as relações destes com as superestruturas.

Outra precaução metodológica elencada por Foucault em *Soberania e disciplina* é a de

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras [...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] O indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos.[...] O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui. [...] (FOUCAULT, 2006a, p.183).

Aqui temos um dado de extrema importância sobre o poder em Foucault: ele engendra individualidades, isto é, os indivíduos não são objetos de seu exercício, mas também fazem parte de sua transmissão além de ser um efeito do próprio poder. O poder passa pelo indivíduo que ele mesmo constitui.

Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é um dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre os corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças. (FOUCAULT, 2006a, p.161).

Como exemplo dessa individuação podemos citar os mecanismos de poder e saber relacionados à loucura desde o século XVIII que engendraram esta individualidade que é o doente mental, do mesmo modo como os mecanismos disciplinares

aplicados sobre o universo penitenciário criou a delinquência, individualidades estas que nutrem estes mecanismos em seus exercícios.

Para Foucault a concepção do poder não deve ser jurídica, isto significa dizer que ele ultrapassa o conceito de lei, de repressão e de violência. O poder não diz apenas não, e castiga: ele não é apenas uma ação negativa. Ele exclui, reprime, oprime, subjuga, mas também possui uma estratégia produtiva: uma positividade, entendida esta palavra fora de qualquer juízo de valor moral ou político. O poder produz verdades e estas criam novos domínios de poder.

Poder e saber se implicam mutuamente. Em Foucault é difícil separar uma noção da outra. Toda sociedade tem sua política geral de verdade onde acolhe e faz funcionar determinados discursos como verdadeiros. Toda relação de poder constitui um campo de saber, e todo saber constitui novas relações de poder: a verdade não existe fora do poder ou sem poder.

Ora, tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode saber nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. (FOUCAULT, 2006a, p.141).

Aqui cabe observar que Foucault rejeita também as análises que usam do conceito de ideologia.

Segundo Machado, Foucault não distingue ciência e ideologia. A intenção é de superar a distinção que torna a ciência um saber superior e a ideologia um saber falsificado; obscurecido; perturbado pelas relações de poder, entendido como Estado ou classe. Para Foucault o saber sempre se relaciona com o poder. Os saberes são formulados a partir de condições de possibilidades relacionadas dadas pelos poderes em exercício. Todo saber é político, não porque cai nas malhas do Estado que se serve dele, mas porque sua gênese está nas relações de poder.

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso revela da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (FOUCAULT, 2006a, p.7).

E ainda, sobre a ciência, Foucault diz que “não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é o regime interior de poder [...]” (FOUCAULT, 2006a, p.4).

Uma outra observação de Foucault é que o poder deve ser analisado em termos de luta, de guerra e que não se deve proceder a análises que ele denomina jurídicas, onde o que está em questão é o legítimo e o não legítimo. Tendo em vista que o poder é sempre uma relação de forças, ele deve ser analisado em termos de luta e submissão.

[...] se o poder é em si próprio ativação e desdobramento de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, ou em termos funcionais de reprodução das relações de produção, não devemos analisá-lo acima de tudo em termos de combate, de confronto e de guerra? (FOUCAULT, 2006a, p.176).

Segundo o autor (FOUCAULT, 2006a, p.25) a história da humanidade não é uma progressão contínua até onde os combates serão finalmente substituídos pela paz e reciprocidade universal, a humanidade instala suas violências em sistemas de regras próprios e provisórias, e prossegue assim de dominação em dominação.

Postos estes elementos, para entendermos como o poder é tratado na genealogia de Foucault, ainda que sejam irrisórios dada a extensão de sua obra, voltemos agora para a obra *História da loucura*.

É o próprio Foucault quem diz:

Quando agora penso nisto, pergunto-me de que podia ter falado, na *História da loucura* ou no *Nascimento da clínica*, senão do poder. Ora tenho a perfeita consciência de não ter praticamente usado a palavra e de não ter tido este campo de análise à minha disposição. Posso dizer que certamente houve uma incapacidade que estava sem dúvida ligada à situação política em que nos achávamos. (FOUCAULT, 2006a, p. 5).

Deste modo, apesar de em *História da loucura* não haver esta noção de poder que surge a partir de *Vigiar e punir*, Foucault retoma sempre o tema da loucura e o remete à noção de poder com a qual passou a trabalhar. Ao longo de suas obras genealógicas, Foucault, ainda que a título de exemplo, indicará tecnologias de poder inscritas também no domínio do hospital psiquiátrico. Foucault retoma o tema da loucura para evidenciar em sua relação com a psiquiatria ou com o hospital psiquiátrico, a relação de luta de dominação destas sobre aquela. Em *Vigiar e punir* o hospital psiquiátrico é largamente citado como instituição disciplinar, onde as técnicas e saberes se põem a serviço da dominação e da domesticação do corpo louco, onde toda estrutura e todos os saberes exercem essa tecnologia de poder.

Aliás, como nos alerta Roberto Machado “entre hospício e a psiquiatria não há relação de exterioridade. Ele é mais que um espaço utilizado para a medicalização da loucura: é uma instituição concebida medicamente. Tanto sua estrutura quanto seu funcionamento realizam o projeto psiquiátrico [...]” (MACHADO, 1978, p. 430).

No manicômio a distribuição dos corpos no espaço, seu esquadrinhamento e classificação, localizam cada pessoa em um espaço particular de pertencimento para melhor vigiá-la e controlá-la. A vigilância forma uma rede de olhares, que de qualquer ponto da instituição o louco se sabe vigiado. Nele também se realiza a distribuição o tempo cotidiano onde cada minúcia da vida do louco tem seu lugar: sua vida é regida no mais íntimo. Onde havia loucura sobram restos humanos dóceis e adestrados.

Assim se estabelece a tão curiosa função do hospital psiquiátrico do século XIX; lugar de diagnóstico e classificação, retângulo botânico, onde as espécies de

doenças são repartidas em pátios, cuja disposição faz pensar numa grande horta; mas também espaço fechado para um afrontamento; lugar de uma luta; campo institucional, onde se trata de vitória e de submissão. O grande médico de hospício [...] é ao mesmo tempo aquele que pode dizer a verdade da doença pelo saber que detém sobre ela, e aquele que pode produzir a doença na sua verdade e submete-la na realidade, pelo poder que a sua vontade exerce sobre o próprio doente. Todas as técnicas ou procedimentos praticados nos hospícios do século XIX – o isolamento, o interrogatório privado ou público, os tratamentos-punições como a ducha, as entrevistas de cunho moral (encorajamento ou sermões), a disciplina rigorosa, o trabalho obrigatório, as recompensas, as relações preferenciais entre médico e alguns de seus doentes, as relações de vassalagem, de posse, de domesticidade, por vezes de servidão, que ligavam o doente ao médico – tudo isso tinha por função fazer do personagem médico o ‘mestre da loucura’: aquele que a faz aparecer na sua verdade (quando ela se esconde, quando permanece escondida e silenciosa) e aquele que a domina, a apazigua e a faz desaparecer, depois de tê-la sabidamente desencadeado. (FOUCAULT, 1997, p.49).

Foucault diz ser difícil explicar a constituição dos corpos da psiquiatria, do manicômio ou do doente mental, e os processos de normatização a partir de um poder repressivo advindo do Estado ou de uma classe, em função da ordem social capitalista.

Para dizer as coisas mais simplesmente: o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos, as instituições penais têm, sem dúvida, uma importância muito limitada se se procura somente sua significação econômica. Em contrapartida, no funcionamento geral das engrenagens do poder, eles são sem dúvida essenciais. Enquanto se colocava a questão do poder subordinando-o à instância econômica e ao sistema de interesse que garantia, se dava pouca importância a estes problemas. (FOUCAULT, 2006a, p.6).

No entanto, ao se constituírem, estes corpos foram capturados pela ordem social ali onde evidenciaram algum lucro econômico ou utilidade política, passando a ser sustentados por mecanismos globais de Estado:

[...] a burguesia não se importa com os loucos; mas os procedimentos de exclusão dos loucos puseram em evidência e produziram, a partir do século XIX, novamente devido a determinadas transformações, um lucro político, eventualmente alguma utilidade econômica, que consolidaram o sistema econômico e fizeram no funcionar em conjunto. A burguesia não se interessa pelo louco mas pelo poder [...] (FOUCAULT, 2006a, p. 186).

Estas foram algumas notas sobre o poder que estão dispersas nas obras foucaultianas. Como seguindo o caminho de um rizoma, Foucault escreve ziguezagueando, e entrando nos interstícios que se lhe aparece. Seguí-lo exige do leitor a capacidade de se perder em suas trilhas, para melhor se achar um pouco a frente, e essa é uma das características que fizeram a originalidade de sua obra. Não é nossa intenção buscar análises mais detalhadas sobre o tema do poder, mesmo sabendo que a obra, pela sua riqueza, o permite. Gostaríamos apenas de terminar este artigo com uma citação do autor onde ele diz da necessidade de fazer este caminho em direção às relações de poder e da centralidade do sujeito em sua obra.

É verdade que me envolvi bastante com a questão do poder. Pareceu-me que, enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas. Ora, pareceu-me que a história e a teoria econômica forneciam um bom instrumento para as relações de produção e que a lingüística e a semiótica ofereciam instrumentos para estudar as relações de significação; porém, para as relações de poder, não temos instrumentos de trabalho. O único recurso que temos são os modos de pensar o poder com base nos modelos legais, isto é: o que legitima o poder? Ou então, modos de pensar o poder de acordo com um modelo institucional, isto é: o que é o Estado?

Era, portanto, necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito. (FOUCAULT, 1995, p. 232).

PEIXOTO, P. C.; BERTANI, I. F. Notes about the power in Foucault. *Revista Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 306-325, 2009

- **ABSTRACT:** *The present article intends to look for the way Michel Foucault worked the notion of power along his work, and to relate it to the constitution of the apparatus that involves the madness, also treated by the same author. For such we started from the archeological period inaugurated by the History of Madness in the Classic Age docking in the works of the genealogical period.*
- **KEYWORDS:** *power. psychiatric hospitals. madness. disciplines.*

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Persuasão e violência: o alienismo e suas artes de curar. In MARIGUELA, Marcio (org). *Foucault e a destruição das evidências*. Prefácio de Israel Belo de Azevedo. Piracicaba: Unimep, 1995.

DESVIAT, Manuel. *A Reforma Psiquiátrica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Microfísica do Poder*. 22. ed. Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

_____. *O Nascimento da Clínica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Organização e seleção de textos Manuel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006b.

_____. O Sujeito e o poder. In DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória Filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Resumo dos cursos do College de France: 1970-1982*. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANÇA, Sonia Aparecida Moreira. *Diálogos com as práticas de saúde mental desenvolvidas na rede de saúde pública*. São Paulo, 1994. 145p. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. et al. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. Por uma genealogia do poder. In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 22. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

MARIGUELA, Marcio (org). *Foucault e a destruição das evidências*. Prefácio de Israel Belo de Azevedo. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.

TUNDIS, Silvério Almeida; COSTA, Nilson do Rosário (org.). *Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Artigo recebido em 10/2009. Aprovado em 11/2009.